

O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26)¹

Educação e cultura

A situação no tempo da Monarquia não era brilhante, dado que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 7 anos diminuiu de 73 % em 1900 para 69 % em 1910. O governo republicano fez novas tentativas no desenvolvimento educacional, de tal modo que foi criada a primeira escola de enfermagem em 1911, enquanto a educação oficial e livre foi instituída, para todas as crianças, através de um decreto. As 5500 escolas primárias que existiam em 1910 subiram para 6500 em 1916, 6900 em 1920 e cerca de 7000 em 1925.

As actividades culturais em geral intensificaram-se através de discussões livres e outras manifestações populares baseadas em associações livres. Em 1912 foram fundadas as chamadas Universidades livres e em 1913 as Universidades Populares, abertas ao público e onde os trabalhadores participaram activamente². O número de jornais aumentou de 450 em 1908 para 600 em 1923

Actividade Económica

Aos sectores primários dedicava-se a maioria dos trabalhadores, de tal modo que, dos 66 % em 1900, apenas se passou para 57 % em 1926. O resto da população trabalhadora distribuía-se pela administração pública, serviços e profissões liberais. Na indústria havia uma baixa percentagem de força de trabalho.

Assim, a indústria portuguesa, com uma fraca estrutura, dependia do capital estrangeiro, principalmente do inglês. Em 1910, os têxteis constituíam a principal actividade industrial, mas não tinham grande peso no valor das exportações. Os têxteis desenvolveram-se durante o período de 1910-26. Outro desenvolvimento importante verificou-se no sector das indústrias conserveiras, que ocupavam o segundo lugar nas exportações.

¹ Texto adaptado de um estudo de José Manuel Ferraz “*O desenvolvimento socioeconómico durante a primeira república (1910-1926)*”, de 1974

Foram implantadas algumas indústrias modernas, como foi o caso das indústrias químicas no Barreiro e numa fábrica de cimentos em Leiria. Contudo a falta quantitativa era uma característica da indústria portuguesa da época. Outra característica dominava a indústria portuguesa, especialmente se tomarmos em conta o desenvolvimento de outros países europeus na altura: era a falta de inovações tecnológicas.

O nível de novo investimento não só era baixo, como também não criava indústrias modernas (excepto os casos apontados). Mas devemos caracterizar o aspecto principal da situação industrial durante este período pela concentração geográfica e predominância do artesanato. A concentração deu-se ao longo da costa ocidental, em geral, e em Lisboa e Porto, em especial.

Resumidamente, podemos dizer que o Portugal de então era um país subdesenvolvido, contendo esta classificação o significado de uma economia estruturalmente rural, dependente de sectores primários, com uma insignificante e não produtiva produção industrial e uma larga percentagem da população dependendo de uma economia de subsistência.

Outras Características

As contas do estado ficaram marcadas por um défice constante o que causou uma série de complicações na moeda nacional e uma situação financeira caótica. Já a taxa de inflação foi muito elevada, especialmente nos anos a seguir à guerra.

Os caminhos-de-ferro começaram a desenvolver-se no princípio do século, continuando a sua expansão no tempo da República. Em 1917, a rede nacional era constituída por 2577 km e em 1923 por 3224 km. Apenas 40 % eram propriedade do Estado e as empresas privadas eram dominadas por capital estrangeiro. As estradas foram «esquecidas» em todo este período, apesar de se ter verificado um pequeno aumento na rede nacional.

Os telégrafos e os telefones aumentaram consideravelmente, de tal modo que em 1927 havia 4 vezes mais telefones do que em 1924. Isto foi devido ao crescimento da empresa privada de capital inglês, que tinha o monopólio nas regiões de Lisboa e Porto.